edp

Castelo Energética S.A. - CESA

CNPJ nº 03.514.576/0001-65

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:
Em atendimento às obrigações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, nos colocando à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2010	31/12/2009 *Ajustado*	01/01/2009 *Ajustado*
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	5	33.594	3.339	7.107
Ativo financeiro indenizável	6			823
Concessionárias	7	5.445	5.364	5.207
Impostos e contribuições sociais	8	7.357	2.889	1.932
Cauções e depósitos vinculados	11		9.136	6.156
Despesas pagas antecipadamente		121	62	20
Outros créditos	12	556	1.057	1.339
		47.073	**21.847**	**22.584**
Não Circulante				
Ativo financeiro indenizável	6			15.754
Impostos e contribuições sociais	8		823	1.470
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.1	245	165	116
Partes relacionadas	10	100	2	40.044
Cauções e depósitos vinculados	11	6.479	8.128	6.891
Outros Créditos	12	15	15	15
		6.839	**9.133**	**64.290**
Imobilizado	13	178.831	172.867	164.928
Intangível	14	1.192	1.451	1.619
		180.023	**174.318**	**166.547**
Total do ativo		**233.935**	**205.298**	**253.421**

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2010	31/12/2009 *Ajustado*	01/01/2009 *Ajustado*
Passivo e Patrimônio Líquido				
Circulante				
Fornecedores	15	2.536	2.515	1.042
Impostos e contribuições sociais	8	9.120	4.374	1.989
Dividendos	19.2	3.582	3.526	5.383
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	16	20.038	16.784	15.779
Encargos regulamentares e setoriais	17	778	418	500
Provisões	18	227	8	
Outras contas a pagar	12		120	7
		36.281	**27.745**	**24.700**
Não circulante				
Impostos e contribuições sociais diferidos	9.2	79	54	27
Empréstimos e financiamentos	16	18.330	6.777	11.541
Partes relacionadas	10	95.678	101.492	122.934
Encargos regulamentares e setoriais	17		103	
Provisões	18	2.661	2.092	1.459
		116.748	**110.518**	**135.961**
Patrimônio líquido				
Capital social	19.1	37.308	23.458	44.920
Reservas de lucros	19.3	43.598	44.446	48.243
Prejuízos acumulados			(869)	(403)
		80.906	**67.035**	**92.760**
Total do passivo e patrimônio líquido		**233.935**	**205.298**	**253.421**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2009 antes adoção novas práticas	**44.920**	**32.096**		**77.016**
Ajuste adoção das novas práticas			(610)	(610)
Imposto de renda e contribuição social			207	207
Dividendo Adicional Proposto		16.147		16.147
Saldos em 1º de janeiro de 2009 (*Ajustado*)	**44.920**	**48.243**	**(403)**	**92.760**
Dividendo adicional aprovado - AGOE de 07/04/2009		(16.147)		(16.147)
Acervo cindido patrimônio coligada Evrecy - AGO de 29/05/2009	(21.462)		69	(21.393)
Lucro líquido do exercício			15.933	15.933
Dividendos intermediários (JSCP)			(3.948)	(3.948)
Dividendos propostos			(170)	(170)
Dividendo adicional proposto		12.350	(12.350)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2009 (*Ajustado*)	**23.458**	**44.446**	**(869)**	**67.035**
Aumento de capital - AGOE de 07/04/2010	13.850			13.850
Dividendo adicional aprovado - AGOE de 07/04/2010		(12.350)		(12.350)
Lucro líquido do exercício			15.953	15.953
Constituição de reserva legal		754	(754)	–
Dividendos propostos			(3.582)	(3.582)
Dividendo adicional proposto		10.748	(10.748)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2010	**37.308**	**43.598**	**–**	**80.906**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2010	2009 *Ajustado*
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	15.953	15.934
Despesas (receitas) que não afetam as disponibilidades		
Concessionárias	(13)	657
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos, líquidos	(55)	(22)
Depreciações e amortizações	4.139	4.283
Valor residual de bens e direitos do ativo permanente baixados	259	1.650
Despesas pagas antecipadamente	(80)	
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	3.016	2.882
Provisões para contingências	666	511
Encargos regulamentares e setoriais - provisão e atualização monetária	259	785
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária	(499)	(1.188)
Outros		686
(Aumento) diminuição de ativos		
Concessionárias	(68)	(859)
Impostos e contribuições sociais compensáveis	(3.645)	(310)
Cauções e depósitos vinculados	11.284	(3.040)
Despesas pagas antecipadamente	21	(42)
Outros créditos	501	282
Aumento (diminuição) de passivos		
Fornecedores	21	1.473
Impostos e contribuições sociais correntes	4.746	1.793
Outras obrigações		(661)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**36.505**	**24.814**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições ao Imobilizado e Intangível	(10.103)	(19.011)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(10.103)**	**(19.011)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Partes relacionadas	7.938	18.600
Dividendos pagos	(15.876)	(21.530)
Empréstimos e financiamentos - ingressos	20.004	
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas pagos	(8.213)	(6.641)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos	**3.853**	**(9.571)**
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	**30.255**	**(3.768)**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	33.594	3.339
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.339	7.107
	30.255	**(3.768)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	2010	2009 *Ajustado*
Receita operacional líquida	20	**43.756**	**39.922**
Custo do serviço de energia elétrica			
Custo com energia elétrica			
Energia elétrica comprada para revenda		(1.637)	(1.163)
Encargos de uso do sistema de transmissão		(1.771)	(1.672)
	21	**(3.408)**	**(2.835)**
Custo de operação			
Pessoal		(564)	(660)
Materiais e serviços de terceiros		(2.094)	(1.785)
Depreciações e amortizações		(4.045)	(3.957)
Outros custos de operação		(588)	473
	21	**(7.291)**	**(5.930)**
		(10.699)	**(8.765)**
Custo do serviço prestado a terceiros		(330)	
Lucro operacional bruto		**32.727**	**31.157**
Despesas operacionais			
Despesas com vendas		(5)	(660)
Despesas gerais e administrativas		1.750	(2.108)
Depreciações e amortizações		(94)	6
Outras despesas operacionais		(1.115)	(794)
	21	**536**	**(3.556)**
Resultado do serviço		**33.263**	**27.601**
Resultado das participações societárias			
Receitas financeiras		2.958	1.544
Despesas financeiras		(11.546)	(8.327)
Resultado financeiro	22	**(8.588)**	**(6.783)**
Outras despesas		(2)	(1.161)
Outros resultados		**(2)**	**(1.161)**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**24.673**	**19.657**
Imposto de renda e contribuição social correntes		(8.775)	(5.851)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		55	22
	23	**(8.720)**	**(5.829)**
Lucro líquido das operações continuadas		**15.953**	**13.828**
Lucro líquido das operações descontinuadas	1.1		2.106
Lucro líquido do exercício		**15.953**	**15.934**
Lucro básico por lote de mil ações - R$		**1.595,14**	**1.593,24**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2010	2009 *Ajustado*
Geração do valor adicionado	**49.723**	**49.213**
Receita operacional	49.728	49.870
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas	(5)	(657)
(–) Insumos adquiridos de terceiros	**(8.703)**	**(7.747)**
Custos da energia comprada	(1.637)	(1.163)
Encargos de uso do sistema de transmissão	(1.771)	(1.672)
Materiais	(276)	(300)
Serviços de terceiros	(3.568)	(2.685)
Outros custos operacionais	(1.451)	(1.927)
Valor adicionado bruto	**41.020**	**41.466**
Retenções		
Depreciações e amortizações	(4.139)	(4.283)
Valor adicionado líquido produzido	**36.881**	**37.183**
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	2.958	1.544
Valor adicionado total a distribuir	**39.839**	**38.727**
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	948	843
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	11.345	13.580
Estaduais	6	20
Municipais	17	4
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	11.546	8.328
Aluguéis	24	19
Remuneração de capital próprio		
Juros sobre capital próprio		3.948
Dividendos	3.582	170
	27.468	**26.912**
Lucros retidos	12.371	11.815
	39.839	**38.727**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. Contexto operacional

A Castelo Energética S.A. (CESA ou Companhia), constituída em 1º de janeiro de 1999, é uma controlada da Energest, Companhia do Grupo EDP Energias do Brasil S.A. A Companhia é concessionária de serviço público de geração de energia elétrica e está constituída sob a forma de sociedade por ações, com objetivos sociais de atuação na realização de estudos, projetos, construção, instalação, operação, exploração de aproveitamentos hidráulicos e de usinas térmicas e comercialização da energia gerada.

1.1 Cisão parcial da Companhia com versão parcial dos ativos de transmissão e início das operações da Evrecy Participações Ltda.

Em 1º de junho de 2009, através da Assembleia Geral Extraordinária,

continua

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

os acionistas da Companhia deliberaram a realização da cisão parcial da Sociedade, em decorrência da transferência da concessão de transmissão regulada pelo Contrato de Concessão de Transmissão nº 020/2008, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, da CESA para a coligada Evrecy, objeto da Resolução Autorizativa nº 1.823, de 3 de março de 2009, da ANEEL, de modo a gerar maior eficiência operacional, financeira, administrativa e econômica das referidas empresas.

O acervo cindido do patrimônio da Companhia e incorporado pela coligada Evrecy, avaliado na data-base de 30 de abril de 2009, totalizou o montante de R$21.462, conforme detalhado no correspondente Laudo de avaliação.

Este acervo foi vertido como capital social na coligada Evrecy em 1º de junho de 2009.

Em decorrência da cisão parcial da Companhia e a consequente transferência do acervo cindido para a coligada Evrecy, ocorreu uma redução do capital social da Companhia de R$44.920 para R$23.458, sem cancelamento de ações.

Resultado líquido de operações descontinuadas	31/12/2009
Receitas	3.493
Despesas	(339)
Resultado antes dos impostos	**3.154**
Impostos sobre o lucro	(1.048)
Resultado líquido das operações descontinuadas	**2.106**

Efeito da alienação sobre a posição financeira	31/12/2009
Ativo	
Imobilizado	21.267
Intangível	126
Patrimônio líquido	
Capital social	(21.462)
Lucros acumulados	69
Ativos e passivos líquidos	–

2. Concessões

A Companhia possui a seguinte posição das concessões e autorizações de geração em operação, junto à ANEEL:

Usinas Hidrelétricas		Estado	Cidade	Rio	Capacidade instalada (MW) (*)	Energia assegurada (MWm) (*)	Concessão/Autorização/Registro Início	Término
Alegre	(1)	ES	Alegre	Ribeirão Alegre	2,06	1,28	17/07/1995	16/07/2025
Fruteiras	(1)	ES	Cachoeiro do Itapemirim	Fruteiras	8,74	5,56	17/07/1995	16/07/2025
Jucu	(1)	ES	Domingos Martins	Jucu	4,84	2,91	17/07/1995	16/07/2025
Rio Bonito	(1)	ES	Santa Maria de Jetibá	Santa Maria	22,50	9,40	17/07/1995	16/07/2025
Viçosa	(2)	ES	Conceição do Castelo	Castelo	4,50	2,80	18/05/1999	17/05/2029
São João	(2)	ES	Castelo/ Conceição do Castelo	Castelo	25,00	14,35	19/05/1999	18/05/2029
Total					**67,64**	**36,30**		

(*) Não auditado

(1) Serviço Público de Energia (Concessão)

(2) Produção Independente de Energia (Autorização)

3. Práticas contábeis

3.1 Base de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia, cuja conclusão foi autorizada em Reunião de Diretoria, realizada em 18 de fevereiro de 2011, estão apresentadas com valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado, e estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do CFC e deliberações da CVM durante o exercício de 2009 e 2010, com aplicação a partir de 1º de janeiro de 2010 e legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A Companhia não possui outros resultados abrangentes, razão pela qual não está apresentando a demonstração relativa a esse resultado.

3.2 Demonstrações financeiras de 2009

Em 2009, as demonstrações financeiras da Companhia foram apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que incorporavam as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e emitidos até 31 de dezembro de 2008 e legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. As demonstrações financeiras de 2009 da Companhia estão sendo, portanto, reapresentadas para refletir as normatizações contábeis emitidas em 2009 e 2010 pelo CPC com o objetivo de permitir uma comparação com 2010.

3.3 Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras e na preparação do Balanço patrimonial de abertura apurado em 1º de janeiro de 2009 com a finalidade da transição para as normas CPC.

a) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço.

b) Contas a receber

• Ativo financeiro indenizável (Nota 6)

Representadas pelos recebíveis, a serem pagos pelo Poder Concedente ou por quem ele indicar, decorrentes da construção da rede de transmissão, da disponibilização da mesma rede para uso pelas distribuidoras de energia e ainda pelo direito a receber uma indenização ao final da concessão. Esse ativo compôs o acervo líquido cindido para a Evrecy conforme nota 1.1.

• Concessionárias (Nota 7)

Refere-se a venda de energia conforme contrato bilateral de compra e venda de energia elétrica e negociação de venda na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

c) Imobilizado (Nota 13)

São contabilizados pelo custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre a compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida pela Administração e deduzidos da depreciação acumulada. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados, quando aplicável.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo menos valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com as vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Atualmente as taxas de depreciação estabelecidas pela ANEEL para os ativos de usinas hidrelétricas (tabela anexa às Resoluções ANEEL n° 02, de 24 de dezembro de 1997 e nº 44, de 17 de março de 1999) refletem a vida útil dos ativos e são as utilizadas pela Companhia para a depreciação dos seus ativos imobilizados.

O valor residual é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, considerando a taxa de depreciação da ANEEL, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e a União, ao final da concessão os ativos são revertidos para a União e a mesma indenizará a Companhia pelos ativos não totalmente depreciados.

Os métodos de depreciação e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis e as vidas úteis são aquelas definidas pela ANEEL.

A Companhia optou por não valorizar os seus ativos imobilizados ao custo atribuído por entender que a prática contábil de valorizar os ativos imobilizados pelo custo histórico, deduzido da melhor estimativa de depreciação e de provisão para redução ao valor recuperável, quando requerido, é uma prática contábil que melhor representa os seus ativos imobilizados. Para adequar a base de imobilizado aos requisitos de reconhecimento de um ativo conforme previsto no CPC 27 (IAS 16), eliminando custos que anteriormente eram passíveis de reconhecimento, foi efetuada uma revisão da base para identificar, tais custos, como administrativos e variação cambial, os quais foram excluídos, quando aplicável.

d) Ativo intangível (Nota 14)

Os ativos intangíveis compreendem os gastos na implementação de *softwares*, desenvolvimento de projetos, direito de concessão sobre licenças ambientais e faixas de servidão. Os seguintes critérios são aplicados:

• *Softwares*: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização.

• Desenvolvimento de projetos: são reconhecidos como ativos apenas na fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04.

• Faixas de servidão permanente: estão registradas pelo custo de aquisição.

A amortização é calculada sobre o valor amortizável (valor de custo menos seu valor residual) de um ativo e reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

e) Licenças ambientais (Notas 14 e 18)

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, são reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, conforme manual de contabilidade da ANEEL e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já as licenças de operação, obtidas após a entrada em operação dos empreendimentos, caso os custos ambientais associados à obtenção dessas licenças sejam pagos antes da obtenção efetiva da licença, o valor desembolsado é registrado como ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo da vigência da licença. Se a licença for obtida antes dos desembolsos, no momento inicial da vigência da licença o custo estimado desses desembolsos é provisionado e registrado como ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo de vigência da licença.

f) Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado e outros ativos não circulantes e os ativos intangíveis, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2010 não houve indicação, seja por meio de fontes externas de informação ou fontes internas, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, o valor contábil líquido dos ativos é recuperável.

g) Demais ativos circulante e não circulante

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

h) Fornecedores (Nota 15)

Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores de materiais, serviços, de energia elétrica e de encargos de uso da rede elétrica.

i) Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas (Nota 16)

Os empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação e para os contratos que possuem operações de *swap* foram reconhecidos pelo valor justo através do resultado do exercício.

j) Provisões (Nota 18)

São reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado e quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

k) Demais passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

l) Imposto de renda e contribuição social (Notas 8, 9 e 23)

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados com base no regime do Lucro Real Anual, às alíquotas aplicáveis de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável que exceder R$240 anuais e a contribuição social corrente é calculada com base nos lucros tributáveis antes do imposto de renda, através da aplicação da alíquota de 9%.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos foram registrados na rubrica de Imposto de renda e contribuição social diferidos, a partir das diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 273, de 20 de agosto de 1998 e Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

A Companhia para fins de apuração do lucro tributável e seus efeitos sobre as demonstrações financeiras, considerou a adoção do Regime Tributário Transitório - RTT, conforme determinado na Medida Provisória nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09).

m) Dividendos (Nota 19.2)

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido na data em que são aprovados em Assembleia Geral. O benefício fiscal dos Juros Sobre Capital Próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

n) Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. A receita é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador. A receita de operações com energia elétrica, serviços prestados, receita de uso do sistema de transmissão de energia elétrica e de operação e manutenção da mesma rede são reconhecidas no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

O faturamento de suprimento de energia para todas as concessionárias é efetuado mensalmente.

As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras, acréscimos moratórios incidentes sobre a energia vendida, que são reconhecidos no resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros, variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos e resultados de operações de *swap*, quando aplicável, que estão reconhecidos no resultado.

o) Capital Social (Nota 19.1)

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido, sendo reconhecidos como dedução ao patrimônio líquido quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações e opções de ações.

p) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

• As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Provisão para créditos de liquidação duvidosa; Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE; Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias; Recuperação dos ativos (*impairment*); Mensuração de instrumentos financeiros e Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas e Provisões necessárias para custos relacionados a licenças ambientais.

q) Instrumentos financeiros (Nota 25)

Instrumentos financeiros são quaisquer transações que dão origem a um ativo ou passivo financeiro, ou ainda, instrumento de patrimônio de outra Companhia. Estes instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

• Instrumentos mantidos até o vencimento

Se a Companhia tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos de dívida, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

• Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são registrados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado por ela. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

• Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva, reduzidos por eventuais diminuições no valor recuperável.

• Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*) pelo seu valor justo. Subsequentemente, o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos e perdas resultantes dessa reavaliação registrados no resultado do período, exceto no que se refere aos derivativos de cobertura de fluxo de caixa e investimento líquido. O reconhecimento das variações de valor justo destes derivativos nos resultados do período depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

r) Moeda funcional

A moeda funcional da Companhia é o Real, de acordo com as normas descritas no CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº 640/10.

s) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não são realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração do resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

t) Contratos de arrendamento

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são debitados à demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

u) Ativos de infraestrutura vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os ativos de infraestrutura utilizados na geração, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A Resolução ANEEL nº 20, de 3 de fevereiro de 1999, regulamenta a desvinculação dos ativos de infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

4. Reconciliação da adoção dos CPCs emitidos em 2009 na data de transição

4.1 Reconciliação do Balanço Patrimonial em 1º de janeiro de 2009

Ativo	Anteriormente publicado	Ajustes	Ajustado ao CPC
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7.107		7.107
Ativo Financeiro Indenizável		823	823
Concessionárias	5.207		5.207
Impostos e contribuições sociais	1.932		1.932
Cauções e depósitos vinculados	6.156		6.156
Despesas pagas antecipadamente	20		20
Outros créditos	1.339		1.339
	21.761	**823**	**22.584**
Não Circulante			
Ativo Financeiro Indenizável		15.754	15.754
Impostos e contribuições sociais	1.470		1.470
Imposto de renda e contribuição social diferidos		116	116
Partes relacionadas	40.044		40.044
Cauções e depósitos vinculados	6.891		6.891
Outros créditos	15		15
	48.420	**15.870**	**64.290**
Imobilizado	**181.715**	**(16.787)**	**164.928**
Intangível	**1.677**	**(58)**	**1.619**
	183.392	**(16.845)**	**166.547**
Total do ativo	**253.573**	**(152)**	**253.421**

Passivo e Patrimônio líquido	Anteriormente publicado	Ajustes	Ajustado ao CPC
Circulante			
Fornecedores	1.042		1.042
Impostos e contribuições sociais	2.107	(118)	1.989
Dividendos	21.530	(16.147)	5.383
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	15.779		15.779
Encargos regulamentares e setoriais	500		500
Outras contas a pagar	7		7
	40.965	**(16.265)**	**24.700**
Não circulante			
Impostos e contribuições sociais diferidos		27	27
Empréstimos e financiamentos	11.541		11.541
Partes relacionadas	122.934		122.934
Provisões	1.117	342	1.459
	135.592	**369**	**135.961**
Patrimônio líquido			
Capital social	44.920		44.920
Reservas de lucros	32.096	16.147	48.243
Prejuízos acumulados		(403)	(403)
	77.016	**15.744**	**92.760**
Total do passivo e patrimônio líquido	**253.573**	**(152)**	**253.421**

4.2 Reconciliação do Balanço Patrimonial em 31 de dezembro 2009

Ativo	Anteriormente publicado	Ajustes	Ajustado ao CPC
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3.339		3.339
Concessionárias	5.364		5.364
Impostos e contribuições sociais	2.889		2.889
Cauções e depósitos vinculados	9.136		9.136
Despesas pagas antecipadamente	62		62
Outros créditos	1.057		1.057
	21.847	**–**	**21.847**
Não Circulante			
Impostos e contribuições sociais	823		823
Imposto de renda e contribuição social diferidos		165	165
Partes relacionadas	2		2
Cauções e depósitos vinculados	8.128		8.128
Outros créditos	15		15
	8.968	**165**	**9.133**
Imobilizado	173.837	(970)	172.867
Intangível	1.311	140	1.451
	175.148	**(830)**	**174.318**
Total do ativo	**205.963**	**(665)**	**205.298**

Passivo	Anteriormente publicado	Ajustes	Ajustado ao CPC
Circulante			
Fornecedores	2.515		2.515
Impostos e contribuições sociais	4.710	(336)	4.374
Dividendos	15.876	(12.350)	3.526
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	16.784		16.784
Encargos regulamentares e setoriais	418		418
Provisões		8	8
Outras contas a pagar	120		120
	40.423	**(12.678)**	**27.745**
Não circulante			
Impostos e contribuições sociais diferidos		54	54
Empréstimos e financiamentos	6.777		6.777
Partes relacionadas	101.492		101.492
Encargos regulamentares e setoriais	103		103
Provisões	1.614	478	2.092
	109.986	**532**	**110.518**
Patrimônio líquido			
Capital social	23.458		23.458
Reservas de lucros	32.096	12.350	44.446
Prejuízos acumulados		(869)	(869)
	55.554	**11.481**	**67.035**
Total do passivo e patrimônio líquido	**205.963**	**(665)**	**205.298**

4.3 Reconciliação da Demonstração do Resultado em 31 de dezembro de 2009

	Anteriormente publicado	Ajustes	Ajustado ao CPC
Receita operacional líquida	**39.922**		**39.922**
Custo do serviço de energia elétrica			
Custo com energia elétrica			
Energia elétrica comprada para revenda	(1.163)		(1.163)
Encargos de uso do sistema de transmissão	(1.672)		(1.672)
	(2.835)	**–**	**(2.835)**
Custo de operação			
Pessoal	(661)		(661)
Materiais e serviços de terceiros	(1.785)		(1.785)
Depreciações e amortizações	(3.886)	(71)	(3.957)
Outros custos de operação	473		473
	(5.859)	**(71)**	**(5.930)**
	(8.694)	**(71)**	**(8.765)**
Custo do serviço prestado a terceiros			
Lucro operacional bruto	**31.228**	**(71)**	**31.157**
Despesas operacionais			
Despesas com vendas	(660)		(660)
Despesas gerais e administrativas	(1.467)	(641)	(2.108)
Depreciações e amortizações	6		6
Outras despesas operacionais	(794)		(794)
	(2.915)	**(641)**	**(3.556)**
Resultado do serviço	**28.313**	**(712)**	**27.601**
Resultado das participações societárias			
Receitas financeiras	1.544		1.544
Despesas financeiras	(8.334)	7	(8.327)
Resultado financeiro	**(6.790)**	**7**	**(6.783)**
Outras despesas	(1.161)		(1.161)
Outros resultados	**(1.161)**	**–**	**(1.161)**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**20.362**	**(705)**	**19.657**
Imposto de renda e contribuição social correntes	(6.069)	218	(5.851)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		22	22
	(6.069)	**240**	**(5.829)**
Lucro líquido das operações continuadas	**14.293**	**(465)**	**13.828**
Lucro líquido das operações descontinuadas	2.106		2.106
Lucro líquido do exercício	**16.399**	**(465)**	**15.934**
Lucro básico por lote de mil ações - R$	**1.639,74**	**–**	**1.593,24**

Descrição dos principais ajustes que afetaram as demonstrações financeiras da Companhia:

Ativo

Circulante e Não circulante

Imposto de renda e contribuição social diferidos: ajustes decorrentes dos impactos pela adoção dos CPCs.

Ativo financeiro indenizável: reclassificação dos ativos da infraestrutura da concessão pois serão recuperados através de reembolso efetuado pelo Poder Concedente por conta da adoção da ICPC 01.

Imobilizado: ajustes referentes a: (i) baixa das despesas administrativas capitalizadas nos ativos das empresas de geração de energia devido a aplicação do CPC 27; e (ii) ajustes referentes a reclassificação dos ativos da infraestrutura da concessão das empresas de transmissão de energia entre ativo imobilizado e ativo financeiro, por conta da adoção da ICPC 01.

Intangível: ajustes referentes ao reconhecimento das licenças de operação por contrapartida da adoção do CPC 25.

Passivo

Circulante e Não Circulante

Provisões: reconhecimento das obrigações relacionadas à obtenção das licenças de operação por cumprirem com as definições do CPC 25.

Dividendos: Reclassificação para o patrimônio líquido da parcela referente ao excedente do dividendo mínimo obrigatório, por conta da adoção da ICPC 08.

Imposto de renda e contribuição social: ajustes decorrentes dos impactos pela adoção dos CPCs.

Imposto de renda e contribuição social diferidos: ajustes decorrentes dos impactos pela adoção dos CPCs.

Patrimônio líquido

Reservas de lucros: Reclassificação para essa rubrica da parcela referente ao excedente do dividendo mínimo obrigatório, por conta da adoção da ICPC 08.

Prejuízos acumulados: (i) reconhecimento da amortização do Intangível das licenças de operação ; (ii) reconhecimento da atualização monetária das licenças de operação; e (iii) ajustes referentes a baixa das despesas administrativas capitalizadas nos ativos das empresas de geração de energia devido a aplicação do CPC 27.

Resultado

Impactos decorrentes da adoção dos seguintes CPC's: (i) reconhecimento da amortização do Intangível das licenças de operação por contrapartida da adoção do CPC 25; (ii) reconhecimento da atualização monetária das licenças de operação pela adoção do CPC 25; e (iii) ajustes referentes a baixa das despesas administrativas capitalizadas nos ativos das empresas de geração de energia devido a aplicação do CPC 27.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2010	31/12/2009
Bancos conta movimento	5.359	3.271
Aplicações financeiras - renda fixa	28.235	68
Total	**33.594**	**3.339**

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Esses investimentos financeiros referem-se, substancialmente, a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remunerados a taxas que variam entre 100% e 101% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

6. Ativo financeiro indenizável

Em 1º de janeiro de 2009, o saldo no circulante de R$823 refere-se ao crédito a receber do Poder concedente pela prestação de serviço de construção da rede de transmissão de energia, e no não circulante de R$15.754, refere-se ao crédito a receber do Poder concedente tanto pela construção da rede de transmissão de energia como ao direito incondicional de receber caixa a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Em 1º de junho de 2009 este acervo foi vertido como Capital social na coligada Evrecy.

7. Concessionárias

	Saldos Vincendos	PCLD	Saldo líquido em 31/12/2010	Saldo líquido em 31/12/2009
Circulante				
Consumidores				
Concessionárias				
Suprimento de energia elétrica	5.425	(31)	5.394	5.178
Energia de curto prazo				34
Encargos de uso da rede elétrica	51		51	152
Total circulante	**5.476**	**(31)**	**5.445**	**5.364**
Total	**5.476**	**(31)**	**5.445**	**5.364**
Não circulante				
Concessionárias				
Energia de curto prazo	148	(148)		
Total não circulante	**148**	**(148)**	**–**	**–**

8. Impostos e contribuições sociais

	Circulante 31/12/2010	Circulante 31/12/2009 *Ajustado*	Não circulante 31/12/2009 *Ajustado*
Ativo - compensáveis			
Imposto de renda e contribuição social	3.233	1.734	
ICMS	13	1.013	823
PIS e COFINS	512	83	
PIS e COFINS - COSIT 27	3.552		
Outros	47	59	
Total	**7.357**	**2.889**	**823**
Passivo - a recolher			
Imposto de renda e contribuição social	8.236	2.755	
ICMS sobre diferencial de alíquota	16	59	
PIS e COFINS	435	419	
IRRF sobre juros s/ capital próprio		592	
Outros	433	549	
Total	**9.120**	**4.374**	**–**

8.1 PIS e COFINS - COSIT 27

Em 15 de março de 2004, a Instrução Normativa SRF nº 404, com base na Lei 10.833/03, dispôs sobre a possibilidade de desconto de crédito de PIS e COFINS calculados sobre a depreciação de bens incorporados ao ativo imobilizado, para utilização na produção de bens destinados a venda e prestação de serviços, posteriormente alterada pela Instrução Normativa SRF nº 457/04, a qual manteve o critério de desconto de créditos pela depreciação calculada segundo critérios estabelecidos pela IN SRF nº 162/98 e IN SRF nº 130/99 e introduziu a opção de desconto pelo valor de aquisição dos bens pelo prazo de 4 anos, para máquinas e equipamentos destinados ao ativo imobilizado, e de 2 anos, no caso de bens e disposições contidas nos decretos 4.955/2004, 5.173/2004, 5.222/2004, adquiridos a partir de outubro de 2004, observando o disposto no artigo 31 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004. Em 2010, foram concluídos os trabalhos de análise do imobilizado para fins de apuração dos montantes dos créditos de PIS e COFINS permitidos pela legislação, e desenvolvidos relatórios demonstrativos dos cálculos e critérios, para atendimento ao disposto no artigo 9º da IN RFB 457/2004.

9. Imposto de renda e contribuição social diferidos

9.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos - Ativo

Natureza dos créditos	Ativo Não Circulante 31/12/2010 Base de cálculo	IRPJ	CSLL	Total	31/12/2009 Total
Diferenças temporárias - RTT					
Licenças Ambientais - CPC 25	720	180	65	245	165
Total diferenças temporárias - RTT	**–**	**180**	**65**	**245**	**165**
Total ativos diferidos	**–**	**180**	**65**	**245**	**165**

A mutação no Imposto de renda e contribuição social diferido ativo foi integralmente em contrapartida ao resultado do exercício.

Baseada no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados de acordo com a Instrução CVM nº 371/02, a Companhia estima recuperar o crédito tributário não circulante nos seguintes exercícios:

2011	2012	2013	Total não circulante
82	81	82	245

9.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos - Passivo

Natureza dos créditos	Passivo Não Circulante 31/12/2010 Base de cálculo	IRPJ	CSLL	Total	31/12/2009 Total
Diferenças temporárias - RTT					
Imobilizado em Serviços - Intangíveis					
Licenças Ambientais - CPC 25	(233)	(58)	(21)	(79)	(54)
Total passivos diferidos	**–**	**(58)**	**(21)**	**(79)**	**(54)**

A mutação no Imposto de renda e contribuição social diferido passivo foi integralmente em contrapartida ao resultado do exercício.

10. Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos a pagar para sua controladora, os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, decorrem de transações realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operação, e estão apresentadas como segue:

Objeto do contrato	Contraparte	Data da transação	Período de duração	Preço praticado R$/MWh em 31/12/2010	Ativo 31/12/2010	Ativo 31/12/2009	Passivo 31/12/2010	Passivo 31/12/2009	Receitas (Despesas) no exercício 2010	Receitas (Despesas) no exercício 2009
Concessionárias										
Uso do sistema de transmissão	Bandeirante	30/11/2009	30/12/2002 a 23/10/2028							34
	EDP Lajeado	01/01/2009	01/01/2009 a 31/05/2009							3
	Enerpeixe	28/10/1999	28/10/1999 a 17/07/2025							4
	Lajeado Energia	01/01/2009	01/01/2009 a 31/05/2009							4
Venda de energia elétrica	Enertrade	30/08/2010	01/12/2010 a 31/12/2022	142,86	149				143	
	Escelsa	01/08/2001	01/01/2002 a 17/07/2025	174,05	458	453			3.985	3.904
	Escelsa	01/11/2002	01/01/2007 a 17/07/2025	161,11	1.776	1.758			18.910	18.515
	Escelsa	01/11/2007	01/01/2008 a 17/07/2025	158,81	3.042	3.012			23.161	25.356
					5.425	**5.223**	**–**	**–**	**46.199**	**47.820**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Objeto do contrato	Contra-parte	Data da transação	Período de duração	Preço praticado R$/MWh em 31/12/2010	Ativo 31/12/2010	Ativo 31/12/2009	Passivo 31/12/2010	Passivo 31/12/2009	(Despesas) no exercício 2010	(Despesas) no exercício 2009
Partes relacionadas										
Contratos de mútuo - 100% do CDI	EDP Energias do Brasil	15/05/2003	15/05/2003 a 29/12/2011				95.676	87.440	(4.912)	(4.592)
	Energest	09/11/2007	09/11/2007 a 05/05/2009				2	14.037		(4.806)
Compartilhamento de gastos com pessoal, material e serviços de terceiros, aprovados pela ANEEL através do Despacho e nº 2.194/97 Resoluções Normativas nº 334/08 e nº 423/10	Energest	19/10/2007	19/10/2007 a 07/12/2011		100	102				1
	Escelsa	19/10/2007	19/10/2007 a 07/12/2011					15		(2)
					100	**102**	**95.678**	**101.492**	**(4.912)**	**(9.399)**
Fornecedores										
Compra de energia elétrica	Enertrade	01/01/2010	01/01/2010 a 30/06/2010	58,00					(16)	
Contrato de uso do sistema de distribuição	Escelsa	01/08/2005	01/08/2005 a 17/07/2025				158	165	(1.881)	(1.842)
					–	–	**158**	**165**	**(1.897)**	**(1.842)**
				Total	**5.525**	**5.325**	**95.836**	**101.657**	**39.390**	**36.579**

10.1 Controladora direta e controladora final

A controladora direta da Companhia é a Energest e a controladora final é a EDP Energias do Brasil S.A.

10.2 Remuneração dos administradores

A Companhia não teve dispêndios no exercício com os profissionais chave da Administração.

11. Cauções e depósitos vinculados

	Circulante 31/12/2009	Não circulante 31/12/2010	Não circulante 31/12/2009
Depósitos judiciais		1.774	1.086
Cauções e depósitos vinculados	9.136	4.705	7.042
Total	**9.136**	**6.479**	**8.128**

Os saldos de R$4.705 em 31 de dezembro de 2010 e R$7.042 em 31 de dezembro de 2009 referem-se a aplicação de recursos efetuado pela Companhia, em conformidade com o previsto na alínea "b", do Parágrafo 1º, da Cláusula 11, do contrato de financiamento com o BNDES (Nota 16), destinado à garantia do adimplemento do contrato, à razão de 6 meses do serviço da dívida.

12. Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar – Passivo

	Circulante 31/12/2010	Circulante 31/12/2009	Não circulante 31/12/2010	Não circulante 31/12/2009
Outros créditos - Ativo				
Adiantamentos a empregados	1			
Adiantamentos a fornecedores	14	127		
Bens destinados à alienação			15	15
Serviços em curso	333	930		
Desativações e alienações em curso	208			–
Total	**556**	**1.057**	**15**	**15**
Outras contas a pagar - Passivo				
Outras		120		
Total		**120**		**–**

13. Imobilizado

	Taxas anuais médias de depreciação %	31/12/2010 Custo histórico	31/12/2010 Depreciação acumulada	31/12/2010 Valor líquido	31/12/2009 Valor líquido Ajustado
Imobilizado em serviço					
Geração					
Terrenos		782		782	782
Reservatórios, barragens e adutoras	2,04	79.322	(8.362)	70.960	71.644
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,45	14.875	(2.912)	11.963	12.293
Máquinas e equipamentos	3,94	62.396	(11.607)	50.789	51.802
Móveis e utensílios	10,00	91	(85)	6	8
		157.466	**(22.966)**	**134.500**	**136.529**
Administração					
Máquinas e equipamentos	10,00	1		1	
		1		**1**	**–**
Total do Imobilizado em serviço		**157.467**	**(22.966)**	**134.501**	**136.529**
Imobilizado em curso					
Geração		44.327		44.327	36.335
Transmissão		3		3	3
Total do imobilizado em curso		**44.330**	**–**	**44.330**	**36.338**
Total imobilizado		**201.797**	**(22.966)**	**178.831**	**172.867**

A movimentação do imobilizado no exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2009 *Ajustado*	Adições	Transferência para imobilizado em serviço	Depreciações	Baixas	Reclass.	Valor líquido em 31/12/2010
Imobilizado em serviço							
Geração							
Terrenos	782						782
Reservatórios, barragens e adutoras	71.644	631	273	(1.588)			70.960
Edificações, obras civís e benfeitorias	12.293		34	(364)			11.963
Máquinas e equipamentos	51.802	497	473	(1.933)	(49)		50.790
Móveis e utensílios	8			(1)	(1)		6
Total do imobilizado em serviço	**136.529**	**1.128**	**780**	**(3.886)**	**(50)**	**–**	**134.501**
Total do Imobilizado em curso	**36.338**	**8.770**	**(780)**	**–**	**(2)**	**4**	**44.330**
Total líquido	**172.867**	**9.898**	**–**	**(3.886)**	**(52)**	**4**	**178.831**

As imobilizações em curso incluem gastos no montante de R$32.457 referente a repotenciação da PCH Rio Bonito.

13.1 Cisão parcial dos ativos de transmissão com Incorporação pela Evrecy

Cisão parcial da Companhia com versão dos ativos líquidos de transmissão, incorporação e início das operações Evrecy, a partir de 1º de junho de 2009 (Nota 1.1).

14. Intangível

	Taxas anuais médias de amortização %	31/12/2010 Custo histórico	31/12/2010 Amortização acumulada	31/12/2010 Valor líquido	31/12/2009 Valor líquido Ajustado
Intangível em serviço					
Geração					
Software	18,46	1.035	(442)	593	577
Servidão permanente		42		42	42
Direito de concessão - Licenças ambientais	25,00	395	(162)	233	158
		1.472	**(604)**	**868**	**777**
Administração					
Software	20,00	5		5	
		5	**–**	**5**	**–**
Total do intangível em serviço		**1.477**	**(604)**	**873**	**777**
Intangível em curso					
Geração		319		319	674
Total do intangível em curso		**319**	**–**	**319**	**674**
Total do intangível		**1.796**	**(604)**	**1.192**	**1.451**

A movimentação do intangível no exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2009 *Ajustado*	Adições	Transferência para intangível em serviço	Amortizações	Baixas	Reclass.	Valor líquido em 31/12/2010
Intangível em serviço	777	166	183	(253)			873
Intangível em curso	674	39	(183)		(207)	(4)	319
Total	**1.451**	**205**	**–**	**(253)**	**(207)**	**(4)**	**1.192**

Direitos de uso são licenças de direito de propriedade intelectual, constituídos por aquisições das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização do *software*.

Servidão permanente são direitos de passagem para linhas de transmissão associadas à distribuição na área de concessão na Companhia e em áreas urbanas e rurais particulares, constituídos por indenização em favor do proprietário do imóvel. Como são permanentes (vida útil indefinida) não são amortizadas.

Licenças ambientais são exigidas pela legislação ambiental brasileira que devem ser obtidas após a entrada em operação das usinas hidrelétricas. A amortização ocorre pelo prazo de vigência da licença.

15. Fornecedores

	Circulante 31/12/2010	Circulante 31/12/2009
CCEE (compra de energia de curto prazo)	521	58
Encargos de uso da rede elétrica	158	165
Materiais e serviços	1.857	2.292
Total	**2.536**	**2.515**

16 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

31/12/2010	Encargos: Custo da dívida	Encargos: Circulante	Principal: Circulante	Principal: Não circulante
Moeda estrangeira				
BNDES	UMBNDES + 4,50% a.a.	2	299	174
		2	**299**	**174**
Moeda Nacional				
BNDES	TJLP + 1,92% a 4,5% a.a.	80	6.692	18.156
Santander - CDI	113,50% do CDI	1.101	11.864	
		1.181	**18.556**	**18.156**
Total		**1.183**	**18.855**	**18.330**

31/12/2009	Encargos: Custo da dívida	Encargos: Circulante	Principal: Circulante	Principal: Não circulante
Moeda estrangeira				
BNDES	UMBNDES + 4,50% a.a.	2	311	493
		2	**311**	**493**
Moeda Nacional				
BNDES	TJLP + 1,92% a 4,5% a.a.	47	4.189	6.284
Santander - CDI	113,50% do CDI	371	11.864	
		418	**16.053**	**6.284**
Total		**420**	**16.364**	**6.777**

BNDES (moeda estrangeira) - Contrato firmado em fevereiro de 2002, destinado a implantação das três Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs, sendo Viçosa e São João no Estado do Espírito Santo e Paraíso no Estado de Mato Grosso do Sul. No exercício de 2002 foram liberados recursos no montante de R$9.266. Sobre o valor do principal incide juros à taxa de 4,5% a.a., acrescido da variação da UMBNDES, exigíveis mensalmente, juntamente com as prestações do principal com vencimento final em 16 de julho de 2012. As garantias pactuadas são: (i) a vinculação dos recebíveis oriundos das autorizações outorgadas pela ANEEL, sejam por extinção das autorizações, compra e venda de energia elétrica e direito de gerar energia elétrica por suas PCHs; e (ii) do penhor de ações ordinárias nominativas, que compreendem a totalidade da participação da Energest na Companhia. No contexto da transferência da concessão da PCH Paraíso da Companhia para a Pantanal Energética Ltda. (Pantanal), os saldos deste financiamento correspondente à PCH Paraíso, bem como as respectivas condições estabelecidas no contrato, foram transferidos para a Pantanal.

BNDES (moeda nacional) - Contrato firmado em fevereiro de 2002, destinado a implantação das três Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs, sendo Viçosa e São João no Estado do Espírito Santo e Paraíso no Estado de Mato Grosso do Sul. No exercício de 2002 foram liberados recursos no montante de R$30.014 e de R$17.565 em 2004 e R$5.635 em 2007. Sobre o valor do principal incide juros à taxa de 4,5% a.a., acrescido da variação da TJLP, exigíveis mensalmente, juntamente com as prestações do principal com vencimento final em 15 de junho de 2012. As garantias pactuadas são: (i) a vinculação dos recebíveis oriundos das autorizações outorgadas pela ANEEL, sejam por extinção das autorizações, compra e venda de energia elétrica e direito de gerar energia elétrica por suas PCHs; e (ii) do penhor de ações ordinárias nominativas, que compreendem a totalidade da participação da Energest na Companhia. No contexto da transferência da concessão da PCH Paraíso da Companhia para a Pantanal, os saldos deste financiamento correspondente à PCH Paraíso, bem como as respectivas condições estabelecidas no contrato, foram transferidos para a Pantanal.

Banco Santander Brasil S.A. - Contrato nº 231006019, firmado em 12 de fevereiro de 2009 no valor de R$11.864, pelo prazo de 60 dias com vencimento final em 13 de abril de 2009, à taxa de 123,50% do CDI. A amortização e os juros serão pagos de uma só vez no vencimento final do contrato. Garantia, aval em nota promissória e EDP Energias do Brasil S.A. como Interveniente Garantidor. Esta operação, através de aditamentos, teve suas liquidações prorrogadas e seu vencimento foi repactuado para 10 de março de 2010, mantendo-se todas as demais cláusulas de condições do contrato original. Em 09 de março de 2010, esta operação teve seu prazo de vencimento repactuado para 09 de março de 2011, com taxa de 113,50% do CDI e manutenção das cláusulas de condições do contrato original.

BNDES - Contrato firmado em 13 de novembro de 2009, no valor de R$25.404. A 1ª liberação efetuada para a Companhia foi de R$4.863, que ocorreu em 22 de abril de 2010 e a 2ª liberação foi de R$15.141, que ocorreu em 13 de maio de 2010, sendo amortizáveis em 97 e 96 meses, respectivamente e, vencendo-se a primeira prestação de ambas em 15 de junho de 2010 e a última em 15 de maio de 2018, com juros que variam de 1,92% acima da TJLP e juros fixos de 4,50%. Garantia com vinculação de receitas equivalentes a 1,8 vezes a prestação vencida deste contrato.

16.1. Vencimentos das parcelas do curto e longo prazo (principal + encargos):

Vencimento	Tipo de Moeda: Nacional	Estrangeira	Total
Circulante			
2011	19.737	301	20.038
	19.737	**301**	**20.038**
Não circulante			
2012	4.598	174	4.772
2013	2.503		2.503
2014	2.503		2.503
2015	2.503		2.503
2016	2.503		2.503
2017	2.503		2.503
2018	1.043		1.043
	18.156	**174**	**18.330**
Total	**37.893**	**475**	**38.368**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Mutação dos Empréstimos e financiamentos no exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2009	Ingressos	Pagamentos de principal	Pagamentos de juros	Juros provisionados	Transferências	Variação monetária e cambial	Valor líquido em 31/12/2010
Circulante								
Empréstimos, financiamentos e encargos de dividas	16.784		(5.971)	(2.241)	3.034	8.438	(6)	20.038
	16.784	**–**	**(5.971)**	**(2.241)**	**3.034**	**8.438**	**(6)**	**20.038**
Não circulante								
Empréstimos e financiamentos	6.777	20.004				(8.438)	(13)	18.330
	6.777	**20.004**	**–**	**–**	**–**	**(8.438)**	**(13)**	**18.330**

17. Encargos regulamentares e setoriais

	Circulante 31/12/2010	Circulante 31/12/2009	Não circulante 31/12/2009
Quota de reserva global de reversão - RGR	95		
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	74	46	
Pesquisa e desenvolvimento	587	372	103
Taxa de fiscalização - ANEEL	22		
Total	**778**	**418**	**103**

17.1 Pesquisa e desenvolvimento - P&D

Os gastos com P&D efetuados pela Companhia são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica e são regulamentados pela Resolução Normativa ANEEL nº 316 de 13 de maio de 2008. A Companhia tem a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor do passivo. O passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até a conclusão dos projetos de P&D, quando ocorre a sua baixa (Nota 20).

18 Provisões

	31/12/2010	31/12/2009 *Ajustado*
Provisões Cíveis, Fiscais, Trabalhistas e Outros	2.168	1.614
Licenças Ambientais	720	486
Total	**2.888**	**2.100**
Circulante	227	8
Não Circulante	2.661	2.092
	2.888	**2.100**

18.1 Provisões para contingências e depósitos judiciais vinculados à litígios

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

		Passivo					Ativo	
			Baixas				Depósito Judicial	
	Instâncias	Saldo em 31/12/2009	Adições	Pagamentos	Reversões	Saldo em 31/12/2010	31/12/2010	31/12/2009
Trabalhistas	1ª, 2ª e 3ª	1.614	809	(179)	(76)	2.168	955	927
Total		**1.614**	**809**	**(179)**	**(76)**	**2.168**	**955**	**927**

18.1.1 Trabalhistas

Referem-se a diversas ações trabalhistas subsidiárias que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade, reintegração, verbas rescisórias e seus reflexos.

18.1.2 Risco de perda possível

Adicionalmente, existem processos de naturezas trabalhistas em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão nas demonstrações financeiras, demonstrados a seguir:

				Ativo	
				Depósito Judicial	
	Instâncias	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Trabalhistas	1ª, 2ª e 3ª	515	203	239	132
Cíveis	1ª, 2ª, 3ª e Adm	70	58		
Fiscais	1ª, 2ª, 3ª e Adm	487			
Total		**1.072**	**261**	**239**	**132**

18.1.3 Risco de perda remota

Adicionalmente, existem processos de natureza trabalhista em andamento, cuja perda foi estimada como remota, e para estas ações o saldo dos depósitos judiciais é de R$580 em 31 de dezembro de 2010 (R$27 em 31 de dezembro de 2009). (Nota 11)

18.1.4 Licenças ambientais

Referem-se a provisões para custos necessários para atribuição das licenças de operação das usinas, relativos a obrigações constantes nas licenças de exigências efetuadas pelos órgãos competentes. O saldo desta provisão é reconhecido a valor presente das obrigações estimadas e atualizado com base no IGP-M.

19. Patrimônio líquido

19.1 Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2010 é de R$37.308 e R$23.458 em 31 de dezembro de 2009, representados por 10.001 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, todas de propriedade da Energest.

A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social.

A redução do Capital social ocorrida em 2009 decorre da cisão da parcela do patrimônio correspondente aos ativos de transmissão vertidos no processo de incorporação pela Evrecy. (Nota 1.1)

19.2 Destinação do lucro

As ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros Sobre Capital Próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e regulamentação posterior.

	31/12/2010
Lucro líquido apurado no exercício	15.953
Ajuste de exercícios anteriores	(868)
Lucro líquido ajustado	**15.084**
Constituição da reserva legal - 5%	(754)
	14.330

	31/12/2010
Destinação do lucro	
Dividendos	**14.330**
Dividendo proposto	3.582
Dividendo adicional proposto	10.748
Quantidade de ações	10.001
Dividendos por ação ordinária	1.432,8644

19.3 Reservas de lucros

	31/12/2010	31/12/2009
Legal	3.947	3.193
Retenção de lucros	28.903	28.903
Dividendo adicional proposto	10.748	12.350
Total	**43.598**	**44.446**

A Reserva de retenção de lucros tem sido constituída em conformidade com o artigo nº 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os Programas de Investimentos da Companhia, previstos nos orçamentos de capital submetidos e aprovados nas Assembleias Gerais Ordinárias.

20. Receita operacional líquida

	MWh (*) 2010	MWh (*) 2009	R$ 2010	R$ 2009
Suprimento de energia elétrica	315.741	305.461	49.260	45.545
Disponibilização do sistema de transmissão				
Energia de curto prazo			468	335
Serviços taxados e outros				
			49.728	**45.880**
(–) Deduções da receita				
Pesquisa e desenvolvimento			(227)	(307)
RGR - Reserva global de reversão			(1.145)	(1.439)
PIS/COFINS			(4.600)	(4.709)
			(5.972)	**(6.455)**
Total	**315.741**	**305.461**	**43.756**	**39.425**

(*) Não auditado pelos auditores independentes.

21. Gastos operacionais

	Custo do serviço: Com energia elétrica	Custo do serviço: De operação	Custo do serviço: Prestado a terceiros	Despesas operacionais: Com vendas	Despesas operacionais: Gerais e administrativas	Despesas operacionais: Outras	2010	2009 *Ajustado*
Não gerenciáveis								
Energia elétrica comprada para revenda								
Contratos bilaterais	17						17	
Energia de curto prazo - CCEE	1.787						1.787	1.246
Encargos de uso da rede elétrica								
Encargo de uso e conexão	1.952						1.952	1.842
PIS/COFINS	(348)						(348)	(253)
Taxa de fiscalização						267	267	278
Compensações financeiras						269	269	91
	3.408	**–**	**–**	**–**	**–**	**536**	**3.944**	**3.204**
Gerenciáveis								
Pessoal		564	201		182		947	842
Material		184			92		276	300
Serviços de terceiros		1.910	84		1.574		3.568	2.679
Depreciação e Amortização		4.045			94		4.139	3.951
Provisão p/créd. liq. duvidosa/perdas líquidas				5			5	657
Provisões para contingências						579	579	425
Aluguéis e arrendamentos		22			2		24	19
PIS/COFINS					(3.791)		(3.791)	
Outras		566	45		191		802	244
	–	**7.291**	**330**	**5**	**(1.656)**	**579**	**6.549**	**9.117**
Total	**3.408**	**7.291**	**330**	**5**	**(1.656)**	**1.115**	**10.493**	**12.321**

Os saldos de PIS/Cofins referem-se a créditos nas operações da Companhia, como CCEE, energia elétrica comprada para revenda, depreciação de máquinas e equipamentos, despesas de energia elétrica e aluguéis.

22. Resultado financeiro

	2010	2009 *Ajustado*
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	2.684	1.389
Selic sobre tributos e contribuições sociais compensáveis	177	
Outras receitas financeiras	97	155
	2.958	**1.544**
Despesas financeiras		
Encargos de dívidas	(6.348)	(2.723)
Variações monetárias moeda nacional	(223)	(91)
Variações monetárias moeda estrangeira	9	625
Operações de *swap* e *hedge*		(413)
Marcação a mercado - MTM		(20)
Atualização monetária contratos de mútuo	(4.912)	(5.450)
Outras despesas financeiras	(72)	(255)
	(11.546)	**(8.327)**
Total	**(8.588)**	**(6.783)**

23. Imposto de renda e contribuição social

	Imposto de Renda 2010	Imposto de Renda 2009	Contribuição Social 2010	Contribuição Social 2009
Lucro antes do IRPJ e CSLL	24.673	19.657	24.673	19.657
Alíquota	25%	25%	9%	9%
IRPJ e CSLL	**(6.168)**	**(4.914)**	**(2.221)**	**(1.769)**
Ajustes para refletir a alíquota efetiva				
Depreciação		(6)		(2)
Perdas indedutíveis		(3)		(1)
Despesas Indedutíveis		(204)		(73)
Pesquisa e desenvolvimento	27		10	
Juros sobre o capital próprio		987		355
IRPJ e CSLL diferidos não reconhecidos	(98)	(127)	(35)	(46)
Ajustes na DIPJ referente exercício social anterior	(144)	(26)	(115)	
Adicional IRPJ	24			
Despesa de IRPJ e CSLL	**(6.359)**	**(4.293)**	**(2.361)**	**(1.536)**
Alíquota efetiva	26%	22%	10%	8%

24. Cobertura de seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos auditores independentes.

Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2010
Subestações	51.211
Usinas	39.935
Responsabilidade civil	6.000
Transportes (veículos)	1.600

25 Instrumentos financeiros

Em atendimento ao Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 3/2009 de 19 de novembro de 2009, a Instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, a Companhia efetuou avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, quando aplicável.

25.1 Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc), a qual é reportada através de relatórios de risco disponibilizados à Administração. Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto as contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

25.2 Valor justo

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável, para isso, alguns modelos matemáticos foram desenvolvidos.

Para apuração do valor justo projetamos os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais e utilizamos como taxa de desconto o DI futuro divulgado pela BM&F Bovespa. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo, essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas em nosso balanço pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, concessionárias, partes relacionadas, cauções e depósitos vinculados e fornecedores. Para empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, o valor contábil difere ao seu valor justo.

	Valor justo 31/12/2010	Valor justo 31/12/2009	Valor contábil 31/12/2010	Valor contábil 31/12/2009
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	33.594	3.339	33.594	3.339
Concessionárias	5.445	5.364	5.445	5.364
Cauções e depósitos		9.136		9.136
Não circulante				
Partes relacionadas	100	2	100	2
Cauções e depósitos vinculados	4.705	7.042	4.705	7.042
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	2.536	2.515	2.536	2.515
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	18.402	16.817	20.038	16.784
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	16.833	6.790	18.330	6.777
Partes relacionadas	95.678	101.492	95.678	101.492

De acordo com as características similares e a partir do conhecimento sobre os instrumentos financeiros operados pela Companhia, tornou-se possível a classificação conforme exigido nos pronunciamentos, onde para instrumentos financeiros ativos temos empréstimos e recebíveis, ativos financeiros mensurados ao valor justo através do

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

resultado, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda e para instrumentos financeiros passivos temos passivos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado, outros passivos financeiros ao custo amortizado e instrumentos financeiros derivativos quando aplicável.

31/12/2010

Ativos financeiros	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado	Mantidos até o vencimento	Disponíveis para venda	Total
Caixa e equivalentes de caixa		33.594			33.594
Concessionárias	5.445				5.445
Partes relacionadas	100				100
Cauções e depósitos vinculados			4.705		4.705
	5.545	**33.594**	**4.705**		**43.844**

Passivos financeiros	Valor justo através do resultado	Outros ao custo amortizado	Total
Fornecedores		2.536	2.536
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas		35.235	35.235
Partes relacionadas		95.678	95.678
	–	**133.449**	**133.449**

31/12/2009

Ativos financeiros	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado	Mantidos até o vencimento	Disponíveis para venda	Total
Caixa e equivalentes de caixa		3.339			3.339
Concessionárias	5.364				5.364
Partes relacionadas	2				2
Cauções e depósitos vinculados			16.178		16.178
	5.366	**3.339**	**16.178**		**– 24.883**

Passivos financeiros	Valor justo através do resultado	Outros ao custo amortizado	Total
Fornecedores		2.515	2.515
Empréstimos financiamentos e encargos de dívidas		23.561	23.561
Partes relacionadas		101.492	101.492
	–	**127.568**	**127.568**

A hierarquização dos instrumentos financeiros através do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo a Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente ou indiretamente;

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis no mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares as contratadas e observadas, os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso a informação comparativa mais ativo o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento.

	Mensuração do valor justo			
	2010	Mercados idênticos Nível 1	Mercados similares Nível 2	Sem mercado ativo Nível 3
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	33.594		33.594	

25.3 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e portanto representam fatores de riscos financeiros.

Os empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas captados pela Companhia apresentados na nota 16, possuem como contraparte o BNDES e o Banco Santander. As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições, em 31 de dezembro de 2010 a Companhia possui um risco de mercado associado a TJLP e CDI.

Como riscos de mercado associados a taxas de juros, atribuímos a TJLP e ao CDI a consideração de que a economia brasileira apresenta um panorama favorável ao crescimento com solidez e investimentos voltados para a infraestrutura. A inflação sob controle e a oferta de crédito são fatores de primeira importância na captação com baixo risco de recursos atrelados a esses indexadores. Deve-se considerar que o aumento da inflação e a crescente da taxa SELIC, são indicadores de um custo maior na realização dessas operações.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado desta parcela de empréstimos aproxima-se ao seu valor contábil, assim como os demais ativos e passivos financeiros avaliados.

Operação	Risco	Cenário (I) Provável	Cenário (II) Aumento do risco em 25%	Cenário (III) Aumento do risco em 50%	Cenário (IV) Redução do risco em 25%	Cenário (V) Redução do risco em 50%
Ativos financeiros						
Aplicações financeiras - renda fixa	CDI	1.288	1.610	1.932	966	644
Cauções e depósitos vinculados	CDI	1.346	1.683	2.019	1.010	673
Passivos financeiros						
Empréstimos e financiamentos - BNDES	TJLP	4.432	5.540	6.648	3.324	2.216
Empréstimos e financiamentos - Santander	CDI	7.251	9.064	10.877	5.438	3.626

Valor de referência

CDI - 10,0%

TJLP - 6,0%

25.3.1 Análise de sensibilidade

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco e, respectivamente os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Essas análises de sensibilidade foram preparadas de acordo com a Instrução CVM nº 475/2008, tendo como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

25.4 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentados na Nota 16.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional, essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de empréstimos e financiamentos pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente na nota 16. Até 31 de dezembro de 2010 todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

O fluxo de realização para as obrigações assumidas em suas condições contratuais, são apresentadas conforme quadro abaixo.

31/12/2010

Obrigações contratuais	Total	Vencimentos em 2011	Vencimentos de 2012 até 2014	Vencimentos de 2015 até 2016	Vencimentos acima de 2016
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	38.368	20.038	9.778	5.006	3.546
	38.368	**20.038**	**9.778**	**5.006**	**3.546**

31/12/2009

Obrigações contratuais	Total	Vencimentos em 2010	Vencimentos de 2011 até 2013	Vencimentos de 2014 até 2015	Vencimentos acima de 2015
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	23.561	16.784	6.777		
	23.561	**16.784**	**6.777**	–	–

25.5 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos, essa descrição está diretamente relacionada as rubricas de Caixa e equivalentes de caixa, Concessionárias, Cauções e Depósitos vinculados, entre outros.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida, a partir dessa estrutura planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras, esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais. Os contratos de concessão de distribuição priorizam o atendimento abrangente do mercado, sem que haja qualquer exclusão das populações de baixa renda e das áreas de menor densidade populacional.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada a aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento a Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados a plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações em caráter especulativo, os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

Para os ativos financeiros resultantes de aplicações financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras classificadas com baixo risco avaliadas por agências de *rating* com a finalidade de garantir uma rentabilidade maior com uma segurança agregada aos resultados.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

25.6 Instrumentos financeiros derivativos

Instrumento financeiro derivativo pode ser identificado desde que seu valor seja influenciado em função da flutuação da taxa ou do preço de um instrumento financeiro, não necessita de um investimento inicial ou é bem menor do que seria em contratos similares e sempre será liquidado em data futura, somente atendendo todas essas características podemos classificar um instrumento financeiro como derivativo.

Os ganhos e perdas resultantes das oscilações nos derivativos da Companhia, foram registradas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos, bem como não houve nenhuma operação com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício de 2010.

Os efeitos de ganhos ou perdas com os derivativos praticados pela Companhia em 2010 são:

Ganhos e perdas de instrumentos financeiros derivativos

	31/12/2009 Resultado financeiro
Derivativos com propósito de proteção	
Riscos cambiais	(433)
	(433)

Em atendimento a Instrução CVM nº475/2008, a informação sobre instrumentos financeiros derivativos deve compreender a razão do objeto protegido, o valor justo do instrumento, impacto nos resultados da Companhia durante o exercício assim como características principais do objeto contratado. Esse detalhamento é demonstrado em quadro.

Descrição	Controlada	Contraparte	Início/ Vencimento	Posição	Nocional USD 31/12/2010	Nocional USD 31/12/2009	Nocional R$ 31/12/2010	Nocional R$ 31/12/2009	Valor Justo 31/12/2010	Valor Justo 31/12/2009	Efeitos no Resultado 31/12/2010	Efeitos no Resultado 31/12/2009
Swap												
Ativo	Castelo Energética S.A.	Banco Santander S.A.	14/03/2008 12/02/2009	USD + 4,81% a.a.								(249)
Passivo				111,90% do CDI								184
												(433)

26 Meio ambiente

A Companhia está sujeita a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais que podem impor sanções administrativas contra a Companhia por eventual inobservância da legislação.

Os gastos de natureza ambiental em 2010 foram de R$643, sendo R$63 capitalizados no exercício, relativos a gestão e proteção do meio ambiente, e R$580 em contrapartida resultado do exercício, relativos a Programa de Monitoramento de Solos e Águas Subterrâneas em todas as suas instalações, gestão de resíduos e proteção de biodiversidade e da paisagem.

DIRETORIA

LUIZ OTAVIO ASSIS HENRIQUES
Diretor Presidente

ALVARO JORGE GUERREIRO DE SOUSA
Diretor

ANDRÉ LUIZ PEREIRA DE CASTRO
Diretor

CARLOS SERGIO SALGUEIRA MARTINS
Gestor Executivo de Consolidação e Contabilidade

ANA PAULA MARZANO CERQUEIRA
Gestora Operacional de Patrimônio e Custos
Contadora - CRC 1SP 204118/O-8

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas da
Castelo Energética S.A. - CESA
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da **Castelo Energética S.A.** - CESA ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Castelo Energética S.A. - CESA** em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2011

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

José Luiz Ribeiro de Carvalho
Contador CRC 1SP141128/O-2